

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 06.

TEXTO:

Da luta à concretização dos direitos

Os direitos são proclamados e desrespeitados internacionalmente, havendo uma defasagem entre as conquistas e a sua efetivação, mesmo considerando-se todos os avanços já alcançados pela humanidade nesse campo, conforme aponta Bobbio (1992).

5 Enfim, o mundo está em luta incessante pelos direitos, pela sua ampliação e especificação. Aos olhos insensíveis de tantos, “o máximo” que se tem conseguido é a proposta, nem sempre concretizada, de satisfação de necessidades que garantem a sobrevivência ou, ainda, efetivadas sob princípios discriminatórios. O direito não é, de fato, universal, tampouco é uma meta desejada por todos. Apesar de se contemplar a “era dos direitos”, segundo Bobbio (1992), na realidade concreta, vive-se profundo desrespeito aos direitos humanos.

10 A luta pelo reconhecimento dos direitos não é recente. Há longo tempo, o homem se dedica a reivindicá-los; uma vez conquistados, deve fazer com que sejam realizados e não violados. A conquista do direito não se faz sem lutas, as quais assumem diferentes formas, tal como a denúncia, o debate, o protesto, a resistência. Em consequência, a ideia do direito vai sendo construída em determinado contexto social, fruto das transformações da sociedade, podendo significar não só avanços, mas retrocessos. A “formação e o crescimento da consciência do estado de sofrimento, de indignação, de penúria, de miséria, ou, mais geralmente, de infelicidade, em que se encontra o homem no mundo” (Bobbio, 1992, p. 54) força-o a empenhar-se na superação de tal estado, fazendo surgir “zonas de luz” as quais se consideram indícios de progresso da humanidade, tal como os amplos debates internacionais sobre os direitos do homem que hoje ocorrem.

20 Vazquez (1989, p.80-84), por sua vez, refere-se ao progresso social apontando a estreita relação entre o Direito e a Moral. Ambos constituem-se normas definidoras das relações entre os homens e, nessa condição, devem ser cumpridas, mas sob enfoques diferentes. A Moral enquanto comportamento humano só é cumprida quando acatada voluntariamente por força de convicção interior, submetendo-se apenas à pressão da comunidade. Já o Direito exige o seu cumprimento por respeito à lei, mesmo em não se concordando com ele. Não exige adesão íntima, mas, sim, obediência, respondendo a uma imposição exterior exercida pelo Estado, independente da vontade do sujeito.

25 Essas duas formas de controle – a Moral e o Direito – podem caminhar num mesmo sentido ou a primeira pode estar em contradição com o segundo, surgindo ações desencadeadas por ambos em defesa do seu posicionamento. À medida que ocorre a expansão da esfera moral e seu predomínio como norma de relacionamento social, há, conseqüentemente, a redução do direito. Os homens deixam de agir sob coação externa direcionando seus atos por convicção íntima e, tal processo, Vazquez considera sinal de progresso social. Assim, as relações entre o Direito e a Moral, historicamente mutáveis, revelam, num certo momento, tanto o nível alcançado pelo progresso espiritual da humanidade, quanto o progresso político-social que o torna possível (Vazquez, 1989, p. 84).

SOLCI, Sílvia Maria. **Os direitos do homem na sociedade atual**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_direitos.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012. Adaptado.

Questão 01 (Peso 2)

Sobre o texto, identifique com **V** ou com **F**, conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmativas.

- () A chamada “era dos direitos” tem sido marcada por contradições, uma vez que nem toda conquista social nesse campo é, de imediato, levada a efeito.
- () O Direito está relacionado com o político-social, assim como a Moral, com a espiritualidade, sendo a prática de ambos fundamentalmente importante para o progresso social.
- () A efetivação dos direitos de cada cidadão, em determinada sociedade, significa a realização do desejo de todos os seus componentes que, historicamente, lutam pela paz social.
- () A proximidade entre o Direito e a Moral não significa que as relações entre as pessoas adotam sempre condutas similares, porquanto o cumprimento do primeiro pressupõe obediência à lei, mesmo sem vontade, e o da segunda, ação voluntária por convicção.
- () A violação dos direitos humanos tem suscitado uma série de movimentos sociais no sentido de se fazer cumprir o que está assegurado por lei, mas a possibilidade de reversão do estado de penúria em que muitos vivem não tem sido minimizada no Brasil, por exemplo.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F V F
- B) F F V V F
- C) V F F F V
- D) F V V F V
- E) V V V V V

Questão 02 (Peso 2)

Sobre o fragmento transcrito, está correto o que se afirma em

- A) “mesmo considerando-se todos os avanços já alcançados pela humanidade nesse campo, conforme aponta Bobbio (1992).” (linhas 2 e 3) constitui uma informação que atenua o sentido do que foi antes declarado.
- B) “A luta pelo reconhecimento dos direitos não é recente.” (linha 10) apresenta uma ideia inteiramente nova em relação às até então expostas no texto.
- C) “podendo significar não só avanços, mas retrocessos.” (linhas 14-15) explicita o invariável paradoxo em que resultam as lutas do homem em prol da melhoria de sua qualidade de vida.
- D) “força-o a empenhar-se na superação de tal estado, fazendo surgir “zonas de luz” as quais se consideram indícios de progresso da humanidade” (linhas 17 e 18) mostra, por meio de uma linguagem metafórica, a importância da conscientização do homem para a conquista de seus objetivos e a evolução humana.
- E) “Ambos constituem-se normas definidoras das relações entre os homens e, nessa condição, devem ser cumpridas, mas sob enfoques diferentes.” (linhas 21 e 22) traz a forma linguística “Ambos” resgatando os termos “Direito e Moral” para mostrar que essas normas definidoras das relações humanas não são senão linhas paralelas e que, portanto, jamais se encontram.

Questão 03 (Peso 3)

Quanto à linguagem utilizada, o texto em estudo apresenta

- A) um discurso informal caracterizado pelo predomínio da metalinguagem.
- B) uma situação de comunicação em que há total ausência do enunciador de seu próprio texto.
- C) uma estrutura predominantemente narrativa, com trechos ora descritivos, ora argumentativos.
- D) um tipo de comunicação em que o emissor da mensagem procura convencer o receptor sobre a veracidade do que afirma para que ele mude sua visão sobre o Direito.
- E) uma categoria de discurso que aparece marcada por constatações e pela citação da opinião de outros enunciadores, como reforço das afirmativas que faz o locutor.

Questão 04 (Peso 3)

Identifique com **V** ou com **F**, conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmativas sobre os elementos linguísticos transcritos abaixo.

Na construção de sentido do texto,

- () os vocábulos “proclamados” (linha 1) e “alcançados” (linha 2) apresentam equivalência semântica.
- () a palavra “tampouco” (linha 7) pode ser permutada por “nem” (linha 5), sem comprometer o sentido da frase.
- () a locução “Apesar de” (linha 7) prediz uma concessão relacionada com o que vai ser enunciado a seguir.
- () o conector “mas” (linha 14) acrescenta, no contexto, uma ideia que contradiz à enunciada anteriormente.
- () o termo coesivo “À medida que” (linha 29) pode ser substituído por *Na medida em que*, sem alterar, do ponto de vista semântico, a informação veiculada pelo período.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) F F V V F
- B) F V V F F
- C) V V F F V
- D) V F F V V
- E) V V V V V

Questão 05 (Peso 3)

A análise dos aspectos linguísticos que compõem o texto está correta em

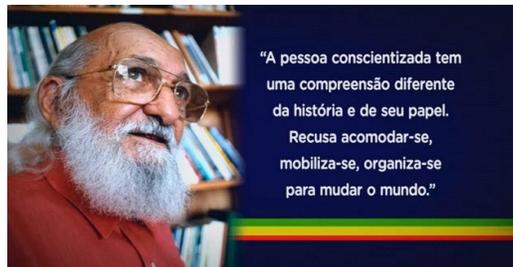
- A) A forma nominal “havendo” (linha 1) pode ser substituída por *existindo*, sem comprometimento semântico do contexto e sem mudança sintática dos termos que formam a estrutura em que o referido verbo se insere.
- B) A palavra “se” (linha 2) evidencia a indeterminação do termo subjetivo da forma nominal “considerando” (linha 2).
- C) Os termos preposicionados “de necessidades” (linha 6) e “do direito” (linha 12) apresentam valor passivo, funcionando como complementos nominais.
- D) O termo “cumpridas” (linha 22) apresenta um desvio de concordância proposta pela língua padrão, uma vez que faz referência à palavra “Ambos” (linha 21), que é um sujeito paciente.
- E) A marca formal “tanto” (linha 33) explicita ideia de intensidade em relação ao “nível alcançado pelo progresso espiritual da humanidade” (linhas 33 e 34).

Questão 06 (Peso 1)

A alternativa que apresenta um vocábulo formado por derivação regressiva é a

- A) “defasagem” (linha 1).
- B) “máximo” (linha 5).
- C) “fato” (linha 7).
- D) “realizados” (linha 11).
- E) “conquista” (linha 11).

Questão 07 (Peso 1)



FREIRE, Paulo. **A pessoa conscientizada**... Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=de+paulo+freire+sobre+justi%C3%A7a&num=10&hl=pt-BR&biw=794&bih=484&tbn=isch&tbnid=mcT7kAr5ox7KsM:&imgrefurl>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

A declaração de Paulo Freire dialoga com o texto de Sílvia Maria Solci, mais precisamente, por fazer referência à

- A) aplicabilidade da lei como meio de consecução de justiça.
- B) luta do ser humano pela concretização de seu ideal de vida social.
- C) importância da conscientização do homem para a transformação da realidade.
- D) organização de movimentos sociais em defesa da aplicação das leis em prol do individual.
- E) mobilização das pessoas em favor de construção de sua própria história no cenário mundial.

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 08 a 10.

TEXTO:



Oração aos moços

Rui Barbosa

(...) “Legalidade e liberdade são as tábuas da vocação do advogado. Nelas se encerra, para ele, a síntese de todos os mandamentos. Não desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à justiça, nem quebrar da verdade ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniquidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial.

Não proceder, nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças.

Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura.

Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem”. (...)

Parabéns aos Advogados

BARBOSA, Ruy. **Oração aos moços**. Disponível em: < <http://www.atheniense.com.br/artigos/homenagem-ao-dia-do-advogado/> >
Acesso em: 23 nov. de 2012.

Questão 08 (Peso 1)

Para Rui Barbosa, o exercício da advocacia prescinde de

- A) atitudes de bom senso.
- B) comprometimento ético.
- C) subserviência às práticas iníquas.
- D) procedimentos legitimados por lei.
- E) compromisso com a veracidade dos fatos.

Questão 09 (Peso 2)

Ao longo do texto, é possível identificar a presença constante do conector “nem”, que, no contexto em que está inserido, encerra ideia de

- A) alternância.
- B) contradição.
- C) exclusão.
- D) reforço.
- E) adição.

Questão 10 (Peso 2)

A análise linguística do texto em destaque permite afirmar:

- A) A palavra “síntese” (linha 2) completa o sentido da forma verbal “se encerra” (linha 2), revelando o que é essencial na profissão do advogado.
- B) O pronome “lhe”, em “Não lhe faltar com a fidelidade” (linha 3), é um complemento verbal que retoma, no contexto, a palavra “justiça” (linha 3).
- C) Os pronomes “estes” (linha 6) e “aqueles” (linha 6) retomam, respectivamente, os termos “poderosos” (linha 5) e “desvalidos” (linha 5).
- D) O termo “senão” (linha 12) pode ser substituído por *se não*, sem prejuízo de sentido, já que, no contexto, explicita uma condição.
- E) A palavra “bem” (linha 17) funciona como modificador verbal de “guardar” (linha 17), evidenciando como o indivíduo deve lidar com a fé em Deus.

Questão 11 (Peso 1)

Constitui fundamento da República Federativa do Brasil a

- A) construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.
- B) erradicação da pobreza e da marginalização.
- C) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) dignidade da pessoa humana.
- E) garantia do desenvolvimento nacional.

Questão 12 (Peso 1)

Acerca do Senado Federal e de sua composição, marque a alternativa correta.

- A) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- B) Cada estado e o Distrito Federal elegerão seis senadores, com mandato de oito anos.
- C) A representação de cada estado e do Distrito Federal será renovada de dois em dois anos, alternadamente, por um e dois terços.
- D) Cada senador será eleito com um suplente.
- E) O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Questão 13 (Peso 2)

Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência da República

- A) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.
- B) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- C) o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- D) o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal.
- E) o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.

Questão 14 (Peso 3)

Compete privativamente à Câmara dos Deputados

- A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- C) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição.
- E) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República e o Advogado Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Questão 15 (Peso 3)

Sobre o Conselho Nacional de Justiça é correto afirmar que

- A) é composto de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução; a função de Ministro-Corregedor será necessariamente exercida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça; será presidido por membro devidamente eleito por seus pares, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- B) a função de Ministro-Corregedor será necessariamente exercida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça; será presidido por membro devidamente eleito por seus pares, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal; terá, na sua composição, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pelo Senado Federal.
- C) será presidido por membro devidamente eleito por seus pares, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal; terá, na sua composição, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pelo Senado Federal; terá, na sua composição, um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.
- D) terá, na sua composição, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, ambos indicados pelo Senado Federal; terá, na sua composição, um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; é composto de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- E) terá, na sua composição, um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual; é composto de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução; a função de Ministro-Corregedor será necessariamente exercida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Questão 16 (Peso 1)

Relativamente ao previsto no Código Civil de 2002 acerca da prescrição, é correto afirmar que

- A) não é possível a renúncia da prescrição.
- B) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.
- C) a prescrição deve ser alegada no primeiro momento em que a parte vier a falar nos autos.
- D) não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.
- E) ocorrerá prescrição, pendendo ação de evicção, se transcorrerem 05 anos entre a alienação do bem e o ajuizamento da ação de evicção.

Questão 17 (Peso 1)

Acerca dos negócios jurídicos no Código Civil, é correto afirmar que são elementos de

- A) eficácia do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- B) validade do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- C) existência do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- D) eficácia do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma livre.
- E) existência do negócio jurídico: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma livre.

Questão 18 (Peso 2)

Em relação ao quanto disposto no Código Civil de 2002 seria possível exigir que se cessasse lesão ou ameaça a direitos da personalidade de morto?

A resposta correta para esse questionamento é a indicada na alternativa

- A) Não, não se há que falar em proteção a direitos da personalidade de morto.
- B) Sim, tendo como legitimado, à proposição da medida cabível, apenas o cônjuge sobrevivente.
- C) Sim, tendo como legitimados, à proposição da medida cabível, apenas o cônjuge sobrevivente, ascendentes e descendentes.
- D) Sim, tendo como legitimados, à propositura da medida cabível, apenas os ascendentes e descendentes.
- E) Sim, tendo como legitimados, à propositura da medida cabível, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta ou colateral, até o quarto grau.

Questão 19 (Peso 3)

Considere as assertivas abaixo:

- I. A incapacidade civil não cessará com o casamento.
- II. A incapacidade civil cessará pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- III. A incapacidade civil cessará pelo exercício de emprego público efetivo.
- IV. A incapacidade civil cessará pela colação de grau em curso de ensino superior.
- V. A incapacidade civil cessará pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

A alternativa que contempla **apenas** as assertivas corretas, de acordo com o mencionado no vigente Código Civil, é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) III, IV e V.

Questão 20 (Peso 3)

Considere as assertivas abaixo:

- I. São absolutamente incapazes os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- II. São relativamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, não possuem capacidade de discernimento.
- III. São absolutamente incapazes os loucos de todo gênero.
- IV. São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- V. São relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

A alternativa que contempla **apenas** as assertivas corretas, de acordo com o mencionado no vigente Código Civil, é a

- A) III, IV e V.
- B) II, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) I, II e V.
- E) I, II e III.

Questão 21 (Peso 3)

Extingue-se o processo civil, sem resolução de mérito, quando

- A) as partes transigirem.
- B) o juiz indeferir a petição inicial.
- C) o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- D) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- E) o réu reconhecer a procedência do pedido.

Questão 22 (Peso 3)

Sobre os prazos no processo civil brasileiro, é correto afirmar:

- A) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, interrompendo-se, porém, nos feriados e finais de semana.
- B) As partes não podem, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatatório.
- C) As partes podem, desde que de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
- D) Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.
- E) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.

Questão 23 (Peso 2)

Poderá valer-se do chamamento ao processo, nos termos do Código de Processo Civil,

- A) aquele que pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.
- B) aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio.
- C) aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- D) o proprietário ou o possuidor indireto da coisa, quando, por força de obrigação ou direito, em casos em que, como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
- E) o devedor que, de todos os devedores solidários, teve a dívida comum parcial ou totalmente exigida pelo credor.

Questão 24 (Peso 1)

Nos termos do Código de Processo Civil, é hipótese de competência nacional exclusiva, quando

- A) o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.
- B) a obrigação tiver de ser cumprida no Brasil.
- C) a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
- D) a ação for relativa a imóveis situados no Brasil.
- E) a ação for relativa a móveis situados no Brasil.

Questão 25 (Peso 1)

Segundo o Código de Processo Civil, é necessária a citação de ambos os cônjuges nas ações

- A) que versem sobre direitos mobiliários.
- B) possessórias, mesmo que o imóvel pertença apenas a um dos cônjuges.
- C) que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre móveis de um ou de ambos os cônjuges.
- D) que versem sobre direitos reais imobiliários.
- E) fundadas em dívidas contraídas pelo marido em benefício próprio, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados.

Questão 26 (Peso 3)

Tício, que nunca houvera cometido crime antes, às vésperas do Natal e sem dinheiro para comprar presentes para sua namorada, decide adentrar numa joalheria, durante a madrugada, armado com um revólver. Dentro da joalheria, desferiu violento golpe, com a coronha do revólver, contra uma das vitrines de vidro ali existentes, quebrando-a e de lá subtrai alguns anéis de ouro que, depois de algumas horas, leva à casa de sua namorada e com eles a presenteia.

A hipotética situação acima narrada, em tese, configura o crime de

- A) furto simples.
- B) furto privilegiado.
- C) furto qualificado.
- D) roubo simples.
- E) roubo majorado.

Questão 27 (Peso 3)

Considerando as disposições contidas no Código Penal sobre as penas privativas de liberdade, é correto afirmar:

- A) A pena de detenção deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, e a de reclusão, em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.
- B) Configura-se o regime fechado, quando a execução da pena se dá em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- C) No regime semiaberto, a execução da pena ocorre em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- D) O condenado a regime semiaberto não ficará sujeito a trabalho.
- E) O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

Questão 28 (Peso 2)

Sobre estado de necessidade e legítima defesa, está correto o que se afirma na alternativa

- A) Quando agir em legítima defesa, o agente não responderá pelo excesso doloso ou culposos.
- B) Considera-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- C) Entende-se em legítima defesa quem pratica o ato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- D) O agente que realiza o fato sob estado de necessidade ou em legítima defesa não pratica crime, por tratar-se de hipótese de exclusão de ilicitude prevista expressamente no Código Penal.
- E) É possível a alegação de estado de necessidade, mesmo por aquele que possuía o dever legal de enfrentar o perigo.

Questão 29 (Peso 1)

Assinale a alternativa correta, segundo o Código Penal vigente.

- A) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- B) A omissão nunca é penalmente relevante.
- C) Ainda que seja impossível consumir-se o crime, por ineficácia absoluta do meio, pune-se a tentativa.
- D) Diz-se o crime tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição.
- E) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de metade.

Questão 30 (Peso 1)

Acerca da aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- A) É possível a punição por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- B) A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente não se aplica aos fatos anteriores, desde que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C) Considera-se praticado o crime sempre no momento do resultado.
- D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- E) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo penal, contando os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

Questão 31 (Peso 3)

Tendo em vista a atual redação do Código de Processo Penal sobre a prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, é correto afirmar:

- A) O magistrado não poderá decretar qualquer medida cautelar de ofício, ainda que durante a fase processual.
- B) No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, deverá, automaticamente, decretar a prisão preventiva, não sendo possível a aplicação de outra medida cautelar substitutiva.
- C) Ressalvados os casos de urgência ou de perigo de ineficácia da medida, o juiz, ao receber o pedido de medida cautelar, determinará a intimação da parte contrária, acompanhada de cópia do requerimento e das peças necessárias, permanecendo os autos em juízo.
- D) Se a infração for afiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.
- E) O preso especial poderá ser transportado juntamente com o preso comum.

Questão 32 (Peso 3)

Acerca do incidente de insanidade mental do acusado, é verdadeiro o que se afirma na alternativa

- A) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
- B) O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, continuando o curso normal do processo, se já iniciada a ação penal.
- C) Para o efeito do exame, o acusado, se estiver solto, será internado em manicômio judiciário, onde houver, ou, se estiver preso e o requererem os peritos, em estabelecimento adequado que o juiz designar.
- D) Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo do resultado da infração, irresponsável nos termos do Código Penal, o processo será suspenso, com a presença do curador.
- E) O incidente da insanidade mental processar-se-á nos mesmos autos do processo principal, jamais em autos apartados.

Questão 33 (Peso 2)

Considerando-se as disposições do Código de Processo Penal no que toca às provas, assinale a alternativa correta.

- A) São admissíveis as provas ilícitas em processo penal.
- B) Considera-se fonte dependente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios somente da investigação policial, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.
- C) São também admissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte dependente das primeiras.
- D) Quanto ao estado das pessoas, não serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
- E) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Questão 34 (Peso 2)

Assinale a alternativa correta, no que diz respeito à ação penal.

- A) Nos crimes de ação pública, essa será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- B) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.
- C) O Ministério Público poderá desistir da ação penal privada.
- D) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, determinará o seu imediato arquivamento.
- E) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de quatro meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.

Questão 35 (Peso 1)

Acerca do Inquérito Penal, está correto o que se afirma na alternativa

- A) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação privada poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e essa, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- B) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- C) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito de ofício.
- D) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- E) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 (quinze) dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Questão 36 (Peso 3)

Considerando o contido nas assertivas I, II, III, IV e V, que tratam das hipóteses de colocação em família substituta, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa que contempla apenas as assertivas corretas.

- I. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente.
- II. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvida(o) por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- III. Apenas o adolescente será ouvido pela equipe interprofissional no processo de colocação em família substituta, não devendo a criança ser ouvida pelos respectivos profissionais.
- IV. Tratando-se de maior de 15 (quinze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- V. Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

A alternativa em que **todas** as assertivas indicadas estão corretas é a

- A) I, II e V.
- B) I, III e IV.
- C) I, III e V.
- D) II, III e IV.
- E) II, IV e V.

Questão 37 (Peso 2)

Nos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente, que regula os institutos da guarda, tutela e curatela, é correto afirmar:

- A) A tutela destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de guarda e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.
- B) Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.
- C) A tutela obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, salvo aos pais.
- D) O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.
- E) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, inclusive os impedimentos matrimoniais.

Questão 38 (Peso 2)

Em relação ao direito à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- A) toda criança ou todo adolescente tem direito a ser criada(o) e educada(o) no seio da sua família e, preferencialmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- B) toda criança ou todo adolescente tem direito a ser criada(o) e educada(o) no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- C) toda criança ou todo adolescente que estiver inserida(o) em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 12 (doze) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir, de forma fundamentada, pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.
- D) a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 4 (quatro) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- E) a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família será feita de forma excepcional em relação a qualquer outra providência, caso em que será o menor incluído em programas de orientação e auxílio.

Questão 39 (Peso 1)

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança aquele que possui até

- A) dez anos de idade completos, e adolescente o que possuir entre onze e dezoito anos.
- B) dez anos de idade incompletos, e adolescente o que possuir entre dez e dezoito anos.
- C) doze anos de idade incompletos, e adolescente o que possuir entre doze e dezoito anos.
- D) doze anos de idade completos, e adolescente o que possuir entre treze e dezoito anos.
- E) quatorze anos de idade completos, e adolescente o que possuir entre quinze e dezoito anos.

Questão 40 (Peso 1)

O prazo, máximo e improrrogável, para a conclusão do procedimento relativo a ato infracional praticado por adolescente, estando o adolescente internado provisoriamente, é de

- A) quinze dias.
- B) trinta dias.
- C) quarenta e cinco dias.
- D) sessenta dias.
- E) noventa dias.

Questão 41 (Peso 3)

“Numa perspectiva histórica, é correto afirmar que os direitos humanos de primeira geração surgiram a partir _____ reunindo _____.”

As lacunas da frase acima devem ser completadas com a sequência contida na alternativa

- A) do término da Segunda Guerra Mundial e da criação da ONU (Organização das Nações Unidas) – os chamados direitos de solidariedade, denominados direitos dos povos e dos indivíduos.
- B) das revoluções socialistas e nacionalistas, ou seja, grande parte do século XIX e o início do século XX – os chamados direitos de solidariedade, denominados direitos dos povos e dos indivíduos.
- C) das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, incluindo a Guerra de Independência dos Estados Unidos – os direitos civis e políticos.
- D) das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, incluindo a Guerra de Independência dos Estados Unidos – os direitos econômicos, sociais e culturais.
- E) do término da Segunda Guerra Mundial e da criação da ONU (Organização das Nações Unidas) – os direitos econômicos, sociais e culturais.

Questão 42 (Peso 2)

No Brasil, a primeira convenção com inquestionável hierarquia constitucional, já que seguiu o novo trâmite de aprovação preconizado pelo parágrafo 3º, do artigo 5º, da Constituição Federal, foi a

- A) Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.
- B) Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias.
- C) Convenção sobre os Direitos das Crianças.
- D) Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- E) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Questão 43 (Peso 2)

A Convenção Americana de Direitos Humanos, datada de 1969, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica,

- A) não foi sequer aprovada pelo Brasil.
- B) embora aprovada, não foi referendada pelo Brasil.
- C) foi aprovada e referendada pelo Brasil, permitindo a prisão por dívida apenas do depositário infiel.
- D) foi aprovada e referendada pelo Brasil, permitindo a prisão por dívida apenas do devedor na alienação fiduciária.
- E) foi aprovada e referendada pelo Brasil, permitindo a prisão por dívida apenas do alimentante inadimplente.

Questão 44 (Peso 1)

Considerando o previsto na Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), é correto afirmar que

- A) é possível a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- B) se considera violência contra o idoso, para os efeitos dessa Lei, somente a ação ou omissão praticada em local público ou privado, que lhe cause sofrimento físico.
- C) a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 60% (sessenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.
- D) as transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.
- E) é vedada, na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, mesmo nos casos em que a natureza do cargo o exigir.

Questão 45 (Peso 1)

Uma das Metas do Milênio, objetivadas expressamente pela ONU (Organização das Nações Unidas), é a

- A) educação universitária de qualidade para todos.
- B) redução da mortalidade infantil.
- C) solução pacífica dos conflitos no Oriente Médio.
- D) redução do aquecimento global.
- E) diminuição da poluição oceânica.

Questão 46 (Peso 1)

Sobre o quanto estabelecido na Constituição Federal acerca da Defensoria Pública, é correto afirmar que

- A) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do Art. 5º, LXXIV.
- B) lei ordinária federal organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- C) a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, apenas em primeiro grau, dos necessitados, na forma do Art. 5º, LXXIV.
- D) às Defensorias Públicas Estaduais não são asseguradas autonomia funcional e administrativa.
- E) às Defensorias Públicas Estaduais não é assegurada a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no Art. 99, § 2º.

Questão 47 (Peso 2)

Tendo em vista a atual redação da Constituição do Estado da Bahia, o Defensor Público-Geral será nomeado pelo Governador e escolhido, dentre

- A) cidadãos com mais trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- B) os integrantes da carreira com mais de trinta e cinco anos de idade, de lista tríplice composta pelos candidatos mais votados pelos Defensores Públicos, no efetivo exercício de suas funções.
- C) os integrantes da carreira com mais de trinta e cinco anos de idade, de lista sêxtupla composta pelos candidatos mais votados pelos Defensores Públicos, no efetivo exercício de suas funções.
- D) os integrantes da carreira com mais de dez anos de carreira, de lista tríplice composta pelos candidatos mais votados pelos Defensores Públicos, no efetivo exercício de suas funções.
- E) os integrantes da carreira com mais de dez anos de carreira, de lista sêxtupla composta pelos candidatos mais votados pelos Defensores Públicos, no efetivo exercício de suas funções.

Questão 48 (Peso 2)

Dentre as prerrogativas dos Defensores Públicos contempladas na Lei Complementar Estadual nº 26/2006 (Lei Orgânica Estadual da Defensoria Pública do Estado da Bahia), incluem-se

- A) recebimento de intimação pessoal em qualquer processo administrativo ou judicial e em qualquer instância administrativa e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos; uso das vestes talares e das insígnias da Defensoria Pública; ingresso e trânsito livre, no exercício de suas funções, nas salas de sessões de tribunais.
- B) uso das vestes talares e das insígnias da Defensoria Pública; ingresso e trânsito livre, no exercício de suas funções, nas salas de sessões de tribunais; estabilidade, após 03 (três) anos de exercício na função.
- C) ingresso e trânsito livre, no exercício de suas funções, nas salas de sessões de tribunais; estabilidade, após 03 (três) anos de exercício na função; irredutibilidade de vencimentos.
- D) estabilidade, após 03 (três) anos de exercício na função; irredutibilidade de vencimentos; recebimento de intimação pessoal em qualquer processo administrativo ou judicial e em qualquer instância administrativa e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos.
- E) irredutibilidade de vencimentos; recebimento de intimação pessoal em qualquer processo administrativo ou judicial e em qualquer instância administrativa e grau de jurisdição, contando-se-lhe em dobro todos os prazos; uso das vestes talares e das insígnias da Defensoria Pública.

Questão 49 (Peso 3)

Considere as assertivas abaixo:

- I. Promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes.
- II. Impetrar **habeas corpus**, mandado de injunção, **habeas data** e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução.
- III. Promover, privativamente, a ação penal pública.
- IV. Exercer o controle externo da atividade policial.
- V. Acompanhar inquérito policial, inclusive com a comunicação imediata da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado.

A alternativa que contempla, dentre as assertivas acima, três das funções institucionais da Defensoria Pública, nos termos da Lei Complementar Federal nº 80/1994, é a

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e IV.
- E) III, IV e V.

Questão 50 (Peso 3)

Considere os itens abaixo:

- I. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- II. A justiça como valor supremo de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.
- III. A afirmação do Estado Democrático de Direito.
- IV. A promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- V. A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

A alternativa que contempla, dentre os indicados acima, dois dos objetivos da Defensoria Pública, nos moldes da Lei Complementar Estadual nº 26/2006 (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia) é a

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e IV.
- D) II e V.
- E) III e V.